

**A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS NOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – SP:
UMA PROPOSTA DE PESQUISA**

Dorival Borelli Filho¹

Prof. Dr. José Gilberto de Souza²

Resumo: O principal objetivo desta pesquisa é realizar uma análise da configuração sócio-espacial dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Fazenda da Barra e PDS - Sepé Tiarajú implementados pelo Incra na Região de Ribeirão Preto (SP) considerando-a como elemento central no processo de consolidação territorial, como elemento de resistência e fundamento de seu projeto político. Desta forma, procura-se demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses em seu processo de territorialização ao introduzirem lógicas e práticas sócio-espaciais diferenciadas, transformações sociais que determinam rupturas nos modelos de distribuição da terra e que ao mesmo tempo em que se colocam como antíteses à lógica da propriedade individual, no embate, representam também formas de resistência as estratégias de avanço do capital agroindustrial nos assentamentos, seja pela lógica de subordinação da produção nos sistemas de integração, seja pela lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento, seja pela lógica de subsunção do trabalho pelas estratégias de assalariamento e que promovem o absenteísmo rural. Neste sentido, pretende-se analisar os principais elementos de resistência estabelecidos mediante a implementação da modalidade de assentamento PDS e Comuna da Terra, que, por sua vez, relacionam-se ao modo de vida dos assentados, especificamente, ao conjunto de relações sociais, práticas sócio-espaciais e sentidos sobre o mundo do trabalho, prioritariamente, a terra entendida não como valor de troca, mas como valor de uso, que torna distante a percepção de mundo das famílias assentadas da lógica da propriedade privada. Para tanto, pretende-se realizar uma coleta de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas junto aos assentados que integram os quatro movimentos sociais camponeses que disputam à liderança das famílias assentadas nestes assentamentos (MST, MLST, Índio Galdino e Luiza Mahin), procurando identificar em que medida os aspectos sócio-territoriais (produção, organização social e relações de poder) comparecem como resistência ao avanço do setor sucroalcooleiro nestas áreas de reforma agrária.

Palavras-Chave: território; campesinato, movimentos sociais, reforma agrária, trabalho, capital agroindustrial.

¹ Doutorando em Geografia – Unesp/Rio Claro dorivalborelli@ig.com.br

² Docente do Departamento de Geografia – Unesp/Rio Claro jgilbert@rc.unesp.br

Introdução

O presente artigo constitui parte das reflexões de uma tese de doutorado que vem sendo desenvolvida, sob o mesmo título, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Rio Claro e possui como principal objetivo realizar uma análise qualitativa dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Fazenda da Barra e PDS - Sepé Tiarajú implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Região Nordeste do Estado de São Paulo, mais especificamente, na Região de Ribeirão Preto (SP) tendo o seu território como fundamento de resistência e consolidação de seu projeto político, procurando, dessa maneira, demonstrar o caráter transformador dos movimentos sociais camponeses ao se territorializarem, introduzindo lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de produzirem territórios e territorialidades diferenciados, transformações sociais e rupturas no embate com as lógicas e práticas sócio-espaciais engendradas pelo capital agroindustrial (agronegócio sucroalcooleiro) nessa região do estado de São Paulo.

Ainda neste sentido, pretende-se demonstrar o caráter revolucionário dos movimentos sociais camponeses em seu processo de territorialização ao introduzirem lógicas e práticas sócio-espaciais diferenciadas, transformações sociais que determinam rupturas nos modelos de distribuição da terra e que ao mesmo tempo em que se colocam como antíteses à lógica da propriedade individual, no embate, representam também formas de resistência as estratégias de avanço do capital agroindustrial nos assentamentos, seja pela lógica de subordinação da produção nos sistemas de integração, seja pela lógica de subordinação da terra pelos processos de arrendamento, seja pela lógica de subsunção do trabalho pelas estratégias de assalariamento e que promovem o absentéismo rural.

A fim de se atingirem os objetivos apresentados nesta pesquisa pretende-se analisar os principais elementos de resistência estabelecidos mediante a implementação da modalidade de assentamento PDS e Comuna da Terra, que, por sua vez, relacionam-se ao modo de vida dos assentados, especificamente, ao conjunto de relações sociais, práticas sócio-espaciais e sentidos sobre o mundo do trabalho, prioritariamente, a terra entendida não como valor de troca, mas como valor de uso, que torna distante a percepção de mundo das famílias assentadas da lógica da propriedade privada e conseqüentemente da venda ou arrendamento de seus lotes para o setor sucroalcooleiro para a produção de cana-de-açúcar.

A criação de novos projetos de assentamentos rurais pelos órgãos estatais responsáveis pela implementação da reforma agrária no país, em resposta as ações de ocupações de latifúndios públicos ou privados que estavam deixando de cumprir sua função social, sob a liderança dos movimentos sociais camponeses, como são os casos em estudo, podem vir a propiciar: a inserção social de trabalhadores urbanos e rurais sem-terra que até então viviam marginalizados, especialmente, nas periferias urbanas; uma desconcentração fundiária, mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial e uma reterritorialização do campesinato, transformando e diversificando a paisagem rural, sugerindo ainda modelos alternativos de produção sustentável, em bases agroecológicas, em oposição aos espaços de monocultura engendrados pelo agronegócio nacional para a produção de commodities visando abastecimento do mercado exterior, tais como: a produção de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e/ou álcool combustível; plantações de grandes extensões de laranja para exportação e/ou produção de sucos; produção de soja visando à alimentação do frango e do gado europeu, entre outros.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra constituem significativos focos de luta e resistência pela posse da terra no interior do estado de São Paulo, sendo de importância, sumamente, estratégica e simbólica para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois se encontram localizados a poucos quilômetros do centro do Município de Ribeirão Preto, considerado a “Capital Brasileira do Agronegócio”, próximos ao centro de uma região, onde a predominância do agronegócio sucroalcooleiro, com alto padrão tecnológico encontra sua expressão absoluta. Ambos os projetos de assentamentos não se constituíram a partir de uma iniciativa estatal, mediante a atuação do Incra ou da Fundação Itesp (órgão estadual responsável pela reforma agrária no estado de São Paulo), mas são resultado de um longo processo de luta política desencadeada nessa região em meados da década de 1990 por um movimento social fortemente organizado, o MST. Neste sentido, a que se destacar que os referidos projetos de assentamentos em estudo possuem ainda um elevado grau de organização estrutural, desempenhada pelo movimento sem-terra, movimento social este que possui objetivos políticos que medeiam às relações das famílias assentadas com a terra.

Nesses projetos de assentamentos rurais, tem se verificado ainda uma grande preocupação do movimento camponês em estabelecer e manter uma determinada unidade cultural e política entre as famílias assentadas, através de encontros formativos promovidos pelo movimento. A que se destacar ainda que nestes assentamentos o movimento sem-terra tem estabelecido um relacionamento aberto com as universidades e organismos estatais de

pesquisa agropecuária, que através de seus pesquisadores e técnicos têm contribuindo no processo de implementação e consolidação desses projetos de assentamento (implantação da agrofloresta, construção de moradias e sistema de tratamento de efluentes sanitários).

Além desse fato, o movimento camponês pretende apresentá-lo à sociedade como um modelo alternativo de produção ao implementado pelo agronegócio local, isto é, como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável. Esses projetos de assentamentos foram criados pelo Incra no modelo PDS a fim de fazerem frente à ação do agronegócio local, que tem cooptado grupos familiares assentados em diversas áreas dessa região a fim de produzam cana-de-açúcar, arrendando seus lotes ou produzindo a planta em um sistema de parceria. O sistema de concessão de posse coletiva implantado nesses assentamentos tem impossibilitado o parcelamento, a venda ou o arrendamento dos lotes familiares para esse setor.

A principal intenção deste estudo é contribuir com a vasta literatura sobre assentamentos da região de Ribeirão Preto, podendo auxiliar na formulação de um referencial teórico-analítico, que considere os projetos de assentamentos rurais como constituído por múltiplos territórios e territorialidades diferenciados, instituídos mediante a atuação política dos movimentos sociais camponeses que se estabelecem por este meio, ao introduzirem lógicas e práticas sócio-espaciais capazes de estabelecerem mecanismos de luta e resistência visando à consolidação de seu projeto político; ou ainda como instâncias em permanente transformação e evolução nos distintos territórios, tempos sociais e trajetórias de vida, caracterizadas por pressões, conflitos e lutas, ou ainda como modelos de produção agrícola diversificada e diferenciada das estratégias convencionais do agronegócio local, caracterizado nesta região do estado de São Paulo pela produção sucroalcooleira.

Diversos estudos sobre esses projetos de assentamento rurais foram realizados, destacando-se: o trabalho desenvolvido por Vasquez (2009) que analisou as relações que se estabelecem no interior do movimento sem-terra, em sua atuação concreta nesses projetos de assentamento de reforma agrária, analisando os aspectos que contribuem e os que atrapalham o desenvolvimento de práticas emancipatórias e a construção de uma nova sociedade; Severi (2010) que analisou a percepção que as famílias assentadas possuem sobre as transformações em sua subjetividade decorrentes de sua participação no movimento social camponês e Bellentani (2010) que realizou uma análise qualitativa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nessas áreas de reforma agrária e na periferia urbana de Ribeirão Preto, porém a perspectiva adotada neste trabalho não se encontra presente nestas pesquisas acadêmicas, o que, por sua vez, torna este estudo singular.

Frente a assentamentos rurais com mais de vinte anos de trajetória política, os projetos de assentamento Fazenda da Barra e Sepé Tiarajú apresentam-se como recém constituídos universos empíricos de pesquisa, com poucos estudos sobre o processo de reconstrução do território camponês nestes projetos de reforma agrária. Pensa-se que um estudo de caso permitirá um amplo detalhamento desses assentamentos de reforma agrária. A análise destes projetos de assentamento poderá também, futuramente, vir a tornar-se objeto para a formulação e implementação de políticas públicas municipais voltadas a assentamentos rurais, inserindo-o na agenda política municipal, em continuidade a um verdadeiro processo de reforma agrária, políticas públicas essas que venham a proporcionar uma melhor qualidade de vida para trabalhadores rurais assentados.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), respectivamente, nos anos de 2004 e 2007, com a intervenção do Ministério Público do Estado de São Paulo, através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários, que cumpriu a tarefa de intermediar as negociações entre a autarquia federal e os movimentos sociais camponeses que disputam entre si a liderança política das famílias assentadas nesta região, mediante a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a fim de determinar a posse coletiva da área dos assentamentos e o uso sustentável do solo e dos demais recursos naturais, dispensando o uso de agroquímicos, pois estes projetos de assentamentos se encontram situados sobre uma área de recarga e afloramento do Sistema Aquífero Guarani, o que o torna suscetível de contaminação e, portanto, apresentam-se como inapropriadas as atividades agrícolas desempenhadas pelo agronegócio sucroalcooleiro com alta utilização de insumos químicos nessas regiões. A respeito dessa problemática, nos adverte Gomes *et al* (2006), asseverando que:

As áreas de recarga direta ou de afloramento do Sistema Aquífero Guarani têm se mostrado bastante expostas ao risco de degradação, seja por agrotóxicos, seja por processos erosivos, principalmente pelo avanço das atividades agrícolas sobre elas, sem muito critério em relação à capacidade de uso das mesmas. Esse cenário, comum no Brasil, aliado à alta vulnerabilidade natural das áreas de recarga do aquífero em questão, colocam-nas em situação de alta exposição ao risco de contaminação do lençol freático como também favorece a formação de ravinas e voçorocas, principalmente como consequência de práticas agrícolas inadequadas. Trabalhos realizados pela Embrapa Meio Ambiente nessas áreas (...), particularmente na região de Ribeirão Preto/SP, no período compreendido entre 1994 e 2001 evidenciaram que as atividades agrícolas utilizam uma carga considerável de produtos químicos potencialmente contaminantes, destacando-se alguns herbicidas usados intensivamente na cultura de cana-de-açúcar (GOMES *et al*, 2006, p. 67).

O projeto de assentamento federal PDS – Sepé Tiarajú, desde o início do processo de mobilização e ocupação da Fazenda Clara, em 2000, tem procurado manter-se coeso, sob a liderança de um único movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir de seus propósitos políticos, sociais e econômicos vem promovendo nesta área de reforma agrária uma reconstrução do território camponês em bases sustentáveis, mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial. Contudo, a partir da análise da configuração sócio-espacial do PDS – Fazenda da Barra tem-se verificado nessa espacialidade a fragmentação dos movimentos sociais camponeses em âmbito nacional.

O processo de mobilização e ocupação da antiga Fazenda da Barra, também pertencente ao capital agroindustrial, iniciou-se, em 2003, sob a liderança também do MST, contudo, no decorrer da ação de desapropriação da área e organização do PDS – Mário Lago³ emergiram divergências internas, motivadas, sobretudo, pela rigidez das regras estabelecidas pelo movimento à coletividade do assentamento, razão pela qual, levou outros movimentos sociais, especialmente, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a disputar a organização social e política das famílias sem-terra frente ao MST, resultando dessa disputa inicial, o posterior surgimento de quatro movimentos ou grupos sociais e seus respectivos projetos de assentamentos nesta área de reforma agrária: o Mário Lago, coordenado pelo MST; o Santo Dias, liderado pelo MLST; o Índio Galdino, que não se encontra vinculado a nenhum movimento social e a Cooperativa Luiza Mahin liderada por um grupo de três mulheres, processo esse que será analisado no trabalho, principalmente, a partir das contribuições de desenvolvidas por Zander Navarro (1997 e 2002).

Dessa maneira, a Fazenda da Barra constitui-se em uma espacialidade que reúne um movimento social originário, o MST, uma dissidência deste, o MLST e duas dissidências da dissidência, conformando diferenças territoriais profundas nas lógicas produtivas, organizativas e de projeto sociopolítico. Apesar de estes movimentos possuírem motivações, princípios e objetivos comuns no que tange a luta pela terra, a realização da reforma agrária e o combate ao modelo de desenvolvimento agrário estabelecido pelo capital agroindustrial

³ A escolha do nome do assentamento é uma homenagem à memória do compositor e ator Mário Lago (1911-2002), um antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na década de 1930, Lago bacharelou-se em Direito na então Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde iniciou sua militância política no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, à época, fortemente influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Durante a década de 1930, a então principal Faculdade de Direito da capital do país era um celeiro de arte aliada à política, onde estudaram Lago e seus contemporâneos Carlos Lacerda, Jorge Amado, Lamartine Babo, entre outros.

nesta região, estes tem estabelecido lógicas e práticas diferenciadas, sociabilidades distintas e, por sua vez, constituindo distintos territórios. Ainda que o princípio do uso sustentável dos recursos naturais e a posse coletiva da área apresentem-se como um consenso entre os movimentos, estes vêm discutindo junto ao Incra e com intermédio do Ministério Público Estadual um modelo próprio de assentamento rural a fim de se diferenciarem.

O Referencial Teórico

Frente a essa configuração sócio-espacial observada no objeto da pesquisa, faz necessário realizar nesta pesquisa a construção de um referencial teórico que possibilite a análise desse processo de dissidências verificado também, em âmbito nacional, entre os movimentos sociais camponeses de luta pelo acesso a terra, com principal interesse para as principais semelhanças e diferenças entre o MST e a sua principal dissidência, o MLST, quanto as distintos contextos históricos de formação, organização social e da produção em seus projetos de assentamentos, mas, especialmente, quanto às distintas estruturas organizativas estabelecidas por esses movimentos sociais, pois ao contrário do MST, onde as decisões são descentralizadas, participando as lideranças do movimento sem-terra das ocupações ou tomando conhecimento delas somente depois que ocorreram, característica esta garantida pelo próprio processo de formação do movimento, pois emergiu nas e das bases sociais populares, no MLST, é uma cúpula que decide e é sua base social que realiza as ações de ocupações de terras, constituindo-se, dessa maneira, muito mais como uma estrutura de partido do que de movimento social (MITIDIERO, 2002).

Dentre as inúmeras e distintas contribuições elaboradas por Raffestin (1993), Heidrich (2004), Hasbaert (2004), Spósito (2004), Oliveira (2007), entre muitos outros para o conceito de território, optou-se, nesta pesquisa, a fim de se analisar a configuração sócio-espacial dos projetos de assentamentos rurais em estudo pelo conceito de território que vem sendo elaborado por Souza (2010), definido como um conjunto de relações sociais alicerçadas sobre as relações de poder, o território é a primeira maneira de conceder sentido às relações de poder e as transformações na organização das relações sociais correspondem às transformações nas representações de poder. Dessa maneira, o conceito de território vem sendo trabalhado pelo autor a partir de seus quatro elementos constitutivos: as relações de poder, os símbolos, as normas organizativas e a identidade subjetiva, elementos esses considerados pelo autor como fundamentais para determinar os níveis de apropriação dos movimentos sociais camponeses e de consolidação territorial do campesinato.

A questão agrária brasileira será analisada neste trabalho a partir da constituição de dois territórios e/ou modelos de desenvolvimento agrários antagônicos para o campo brasileiro: o campesinato e/ou agricultura camponesa (em detrimento do uso do conceito de agricultura familiar) *versus* o agronegócio e/ou agricultura capitalista. Os conceitos de agricultura capitalista e agronegócio são compreendidos neste trabalho como um único território, cujas ações se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato. Compreendemos ainda neste trabalho o conflito entre esses dois territórios e/ou modelos de desenvolvimento agrário como um processo indissociável e indispensável à compreensão da questão agrária brasileira.

O presente estudo procurará compreender o campesinato enquanto uma classe social possuidora de uma identidade singular, caracterizada não pela sua inserção parcial e/ou completa no mercado, mas pelo conjunto do seu universo cultural, pelo seu controle sobre o processo produtivo e sua autonomia, entendendo que o fato de o camponês ter acesso a crédito agrícola, a assistência técnica e ao comércio, não significa que este perdeu a identidade e/ou condição, como defendem os teóricos da agricultura familiar, pois o campesinato não pode ser definido pelo mercado, mas pela possibilidade de adquirir autonomia, liberdade, controle sobre o tempo e o espaço. Em suma, inversamente à agricultura capitalista, a agricultura camponesa não objetiva como seu fim último a produção de *mais valia*, mas a sua própria reprodução enquanto classe social.

O controverso modelo de desenvolvimento agrário estabelecido pelo agronegócio nacional para o campo brasileiro é compreendido nesta pesquisa como uma agregação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade rural, sob mediação estatal, agregação essa que atinge também uma estratégica econômica de capital financeiro, objetivando o lucro e a renda do latifúndio, sob a tutela de políticas públicas de governo, afirmando-se não como uma solução, mas como parte do problema, pois ao mesmo tempo em que auxilia o país na geração de divisas e no equilíbrio de sua balança comercial, internamente, tem se mostrado altamente excludente e concentrador de riquezas (DELGADO, 2005).

Abarcada por um momento de crise do sistema capitalista internacional, a configuração atual da questão agrária nacional sugere que o grande capital estrangeiro vem realizando constantes e profundas inserções na espacialidade agrária brasileira, buscando um “porto seguro” para ser aplicado, direcionando-se, sobretudo, para a agricultura mediante um

processo de aliciamento e cooptação de parte da burguesia nacional ⁴, materializando-se através do paradigma de desenvolvimento agrário estabelecido pelo agronegócio ao transformar o capital fictício em patrimônio, provocando ainda uma redivisão internacional da produção e do trabalho, pois a economia brasileira caracterizada como uma economia industrial estaria voltando a ser uma economia de exportação de *commodities* agrícolas.

Neste novo modelo econômico dominado pela burguesia financeira internacional e por grandes empresas transnacionais, que controlam a produção agrícola, o latifúndio arcaico, liderado pela antiga União Democrática Ruralista (UDR) foi esfacelado e o campesinato e a reforma agrária não encontram mais espaço para dinamizarem o mercado interno. Em razão desse novo momento vivenciado pela economia brasileira, quando os movimentos sociais camponeses realizam um processo de ocupação, estes não se deparam mais somente com o velho latifúndio, mas também com grandes empresas multinacionais (Bunge, Cargill, Cutrale⁵), que, em muitos casos, possuem um poder econômico ainda maior do que o próprio Estado brasileiro.

As áreas de implantação dos projetos de assentamento em estudo apresentam um logo histórico de ocupação, uso e contaminação do solo pelo setor sucroalcooleiro, somado ao fato de que nessa região as famílias beneficiárias da reforma agrária vêm sofrendo um significativo assédio por parte do capital agroindustrial a fim de que arrendem seus lotes familiares ou passem a produzir cana-de-açúcar em um sistema de “parceria”, as chamadas “parcerias negociais” autorizadas pela Fundação Itesp no estado de São Paulo. Tal movimento de cooptação da agricultura camponesa pela agroindústria canavieira vem ocorrendo em razão da escassez de terras para a produção sucroalcooleira nessa região ⁶. Ao realizar esse processo

⁴ O grupo Opportunity, que administra investimentos do *Citibank* no país, comprou, em um período de três anos, 56 fazendas, equivalentes a 600 mil hectares no sul do Pará para a criação de gado.

⁵ Em 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou uma fazenda no interior do estado de São Paulo pertencente ao grupo Cutrale, no município de Iaras, localizado na Região de Bauru. A ocupação foi flagrada por imagens aéreas gravadas pela Polícia Militar e exibidas em rede nacional. O movimento reivindicava a arrecadação da área para a reforma por se tratarem de terras públicas (terras devolutas griladas pelo grupo), alegando que a empresa estaria utilizando os 2,6 mil hectares da Fazenda Santo Henrique de maneira indevida. O Incra tem estudos que comprovam que a área é devoluta e disputa na justiça a posse da Fazenda Santo Henrique.

⁶ A estratégia de “parcerias” de setores agroindustriais junto aos assentamentos de reforma agrária visando o fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas mediante o arrendamento dos lotes familiares iniciou-se com a publicação da portaria 75/2002 do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que, por sua vez, transformou-se em uma controversa política de desenvolvimento, expressão institucional de um contrato, no qual são verificadas relações assimétricas de poder, desigualdades, além de prováveis prejuízos ambientais que esta prática pode vir a ocasionar ao meio ambiente,

de aliciamento da agricultura camponesa, o setor sucroalcooleiro tem conseguido transformar esses territórios da reforma agrária em territórios do capital agroindustrial.

No entanto, a configuração sócio-espacial do PDS Sepé Tiarajú e do PDS - Fazenda da Barra, definida como estratégia organizativa pelo movimento social camponeses de luta pela reforma agrária e democratização do acesso a terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estabeleceu um modelo de concessão de posse coletiva, bem como as exigências estabelecidas na gênese do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e da Comuna da Terra, têm se apresentado como elementos impeditivos e de resistência aos avanços do setor sucroalcooleiro nesses territórios da reforma agrária.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) passaram a ser implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de uma maneira experimental, no final da década de 1990, ainda no decorrer do mandato de Fernando Henrique Cardoso, para os seringueiros do estado do Acre, expandindo, posteriormente, essas experiências, para outras regiões do país e para o estado de São Paulo, especialmente, a partir de algumas constatações do *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. A nova modalidade de assentamento foi criada como uma alternativa para salvar uma política de reforma agrária que ao longo dos anos mostrou-se fracassada, tanto em termos quantitativos, isto é, com relação às metas propostas e não plenamente atingidas em cada período de governo, quanto em termos qualitativos, quando os assentamentos passam a ser pensados a partir da qualidade de vida que deveriam proporcionar às famílias beneficiárias da reforma agrária em termos estruturais, a fim de se fixarem na terra conquistada.

Além desses fatos de ordem material também contribuiu para a criação e implementação dessa nova modalidade de assentamento rural uma significativa transformação na antagônica percepção que, desde meados da década de 1960, tinha-se criado sobre o meio rural brasileiro (e, em particular, sobre os projetos de assentamento rural como causadores de impactos ambientais), entendido como tradicional e atrasado com relação ao urbano, compreendido como avançado e moderno, pois a partir de meados da década de 1990, a reforma agrária, os movimentos sociais camponeses e os projetos de assentamento rural são, brevemente, valorizados, suscitando inclusive a simpatia dos meios de comunicação. A partir desse momento histórico, o campo brasileiro deixa de ser compreendido como tradicional e atrasado, passando a ser valorizado e entendido como um universo a ser preservado.

parecendo seguir à lógica da agricultura patronal, pode resultar em uma perda de rentabilidade econômica e autonomia das famílias, constituindo-se, dessa maneira, em uma das alternativas mais arriscadas em termos da gestão familiar do trabalho e do território (FERRANTE; BARONE, 2011).

Quanto ao processo de territorialização do agronegócio sucroalcooleiro na Região de Ribeirão constatou-se nesta pesquisa que o capital agroindustrial tem engendrado nesta espacialidade territórios caracterizados pela formação de centros de concentração extrema de riqueza e pobreza, pela monocultura predatória da cana-de-de-açúcar e pela constante e intensa exploração de uma temporária mão-de-obra assalariada migrante, constituindo verdadeiros territórios de morte, em um contraponto aos territórios constituídos pelos movimentos sociais camponeses nessa região, que, por sua vez, vêm promovendo uma reconstrução territorial do campesinato em alicerçado em bases sustentáveis, caracterizados pela agroecologia e pela diversificação agrícola, pelo uso da mão-de-obra familiar, por uma percepção não rentista da terra e por relações mais afetuosas com o meio ambiente.

Frente a um contexto socioeconômico regional, caracterizado como o centro da agroindústria canavieira do país, por elevados índices de produtividade, pela crescente concentração fundiária, pelo elevado índice de desemprego verificado entre trabalhadores rurais (ocasionado, especialmente, em razão da crescente mecanização do corte da cana-de-açúcar) e pela ação predatória do agronegócio sucroalcooleiro com inúmeros impactos ocasionados ao meio ambiente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem procurado, nessa região, aliar as suas reivindicações pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra às reivindicações de sustentabilidade ambiental, especialmente, as relacionadas à preservação do Aquífero Guarani, objetivando, dessa maneira, contrapor-se ao modelo de desenvolvimento agrário monocultor vigente nessa região, mediante uma nova matriz de produção alicerçada em bases agroecológicas.

Diante dessa configuração socioeconômica e, especialmente, em razão de a região possuir elevados índices de produtividade, atingidos, em inúmeros casos, em virtude do crescente avanço da produção canavieira sobre áreas de preservação ambiental, a reforma agrária não pode ser pensada e realizada nessa região utilizando-se do argumento do descumprimento da função social da propriedade quanto a baixos índices de produtividade (aproveitamento racional e adequado do solo), mas sim a partir do critério ambiental, utilizando-se do argumento da não utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, principalmente, pelo setor sucroalcooleiro, previstos no Art. 186 da Constituição Federal de 1988, e que, por sua vez, torna os imóveis rurais passíveis de desapropriação e destinados à reforma agrária.

A reforma agrária também poderia ser realizada nessa região tem em vista o descumprimento das relações trabalhistas pelos empresários do setor sucroalcooleiro, ao se verificar nos territórios engendrados pelo agronegócio local relações de trabalho análogas à

condição de escravidão, também previsto no Art. 186 da Constituição de 88 como critério para desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária. A respeito dessa problemática, esclarece (Carvalho (2008) que no período entre 2002 a 2005, estima-se que 82.995 trabalhadores sofreram acidentes enquanto cortavam cana-de-açúcar. Problemas na coluna, hérnias de disco, desidratação, exaustão e ferimentos são os mais frequentes. Em 2005, 84 trabalhadores do setor morreram, além de terem sido registrados 23 mil acidentes ocorridos durante o período de trabalho.

Contudo, acredita-se que esses números sejam na realidade um terço maiores, em razão da não comunicação de pequenos acidentes de trabalho. As empresas não comunicam os acidentes por razões econômicas, pois se comunicarem um acidente, as usinas terão de pagar integralmente o salário do trabalhador enquanto este não produz, até que volte a trabalhar normalmente. As usinas preferem, então, transferir o problema para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que a seguridade social pague o auxílio-doença, que é realizado de acordo com o piso salarial do trabalhador (CARVALHO, 2008).

Os projetos de assentamento em estudo não nasceram de uma iniciativa do Incra, o principal órgão estatal responsável pela implementação da política de reforma agrária no país, mas de um longo processo de luta política desencadeada e liderada na Região de Ribeirão Preto, em meados da década de 1990, por um movimento social demasiadamente organizado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o principal movimento social do país ⁷, corroborando a tese que os projetos de assentados rurais são criados muito mais para solucionar situações de conflitos locais do que as situações de pobreza, de exclusão social, e que estão distantes do resgate do potencial produtivo e da consolidação destas áreas como territórios da reforma agrária.

A implantação de uma política de reforma agrária de caráter compensatório e de amenização de conflitos fundiários nessa região vem ocasionando localmente, assim como em todo o território nacional, uma distribuição geográfica generalizada de projetos de assentamentos rurais, que, por sua vez, encontram-se circundados por grandes latifúndios pertencentes ao agronegócio sucroalcooleiro e, conseqüentemente, isolados uns dos outros, configuração essa que vem ocasionando grandes dificuldades de organização, resistência, enfrentamento, oposição ao mercado e a criação de redes de cooperação entre esses projetos de assentamento rurais.

⁷ Atualmente, o movimento tem 4 milhões de famílias assentadas, 80 milhões de hectares (10% do território nacional), administrando 81 cooperativas e 45 unidades agroindustriais, além de desenvolver programas de agroecologia, de educação infantil (Ciranda Infantil), de alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) e ter chegado à universidade através do ProCera.

Quanto à origem de suas terras, os projetos de assentamentos em estudo podem ser tipificados como assentamentos rurais reformadores, pois a origem áreas que os constituem foram desapropriadas, sendo seus proprietários indenizados, denominando o que se convencionou chamar de reforma agrária burguesa e/ou reforma agrária de mercado, onde desapropriação é igual à indenização. Contudo, a partir da implementação dessa modalidade de assentamento os trabalhadores rurais sem-terra se territorializaram mediante uma desterritorialização do capital agroindustrial (setor sucroalcooleiro).

Os Caminhos da Pesquisa

A estratégia de pesquisa empregada neste trabalho acadêmico é o estudo de caso múltiplo, estratégia de pesquisa essa própria das ciências sociais, pois o estudo de caso é aplicado a fim de se encontrar respostas para as questões “como” e “por que”, ao estudo de fenômenos sociais complexos e pouco controláveis, sendo que seus objetos de estudo são: os indivíduos, as organizações, as corporações, os grupos sociais, as instituições, os fenômenos políticos, os movimentos sociais camponeses e os seus projetos de assentamento rural, estratégia de pesquisa esta que permite um amplo detalhamento destes objetos de pesquisa inerentes às ciências humanas e, em particular, à geografia rural.

Utilizou-se, nesta pesquisa, como base empírica a trajetória dos assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto, mais, especificamente, o PDS Sepé Tiarajú e o PDS - Fazenda da Barra e para efeito de análise sócio-econômico-política regional, a Região de Ribeirão Preto, caracterizada como a região mais abastadas do estado de São Paulo, localidade esta onde o agronegócio sucroalcooleiro encontra sua expressão mais extremada e, mais especificamente, como principal núcleo urbano dessa região, a cidade de Ribeirão Preto, a denominada “Capital Brasileira do Agronegócio”, uma referência regional no setor comercial e de prestação de serviços, também conhecido como um dos principais centros de pesquisa na área de saúde e como um dos maiores centros universitários do país.

Após apresentar a base empírica desta pesquisa acadêmica, faz-se necessário salientar que não é pretensão deste trabalho esgotar na revisão bibliográfica deste trabalho toda a ampla literatura voltada aos movimentos sociais camponeses e, em especial, aos seus projetos de assentamentos rurais, o que demandaria anos de pesquisa, nem muito menos criar, a partir de um estudo de caso, paradigmas gerais de análise a respeito dos processos de formação, organização social e da produção dos projetos de assentamentos rurais organizados pelo MST e pelo MLST.

Além de uma ampla revisão bibliográfica de cunho teórico, concedeu-se a esta pesquisa acadêmica um caráter empírico, mediante a realização de uma pesquisa de campo que se pautou em uma coleta de dados por intermédio de entrevistas semiestruturadas junto aos assentados e lideranças que integram os quatro movimentos sociais camponeses que disputam à liderança das famílias assentadas nestes assentamentos (MST, MLST, Índio Galdino e Luiza Mahin), procurando identificar em que medida os aspectos sócio-territoriais (produção, organização social e relações de poder) comparecem como resistência ao avanço do setor sucroalcooleiro nestas áreas de reforma agrária.

Vivenciado a trajetória dos projetos de assentamentos rurais da Região de Ribeirão Preto desde meados da década de 1990 e diante da experiência de pesquisa acumulada, pensa-se que o melhor instrumento para a obtenção de dados empíricos junto às lideranças dos movimentos sociais camponeses e famílias assentadas em seus projetos de assentamento não é por intermédio da utilização de questionários “fechados”, mas sim mediante a utilização de entrevistas semiestruturadas, pois este mecanismo de pesquisa possibilita observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes dos sujeitos entrevistados, o que não pode ser possibilitado por um questionário “fechado”.

A partir da aplicação da entrevista semiestruturada tornou-se possível constatar que se encontrando em condição de entrevistados, as famílias assentadas parecem procurar construir um discurso permeado por concepções ideológicas, objetivando justificar seus propósitos políticos e sociais. As famílias não abandonam a divulgação de ideias que justifiquem sua inserção e permanência nos movimentos sociais camponeses e em seus projetos de assentamento, constatando-se também como pano de fundo do discurso, a existência de uma intenção latente, peculiaridade do discurso ideológico, inerente às lutas sociais. Muito mais do que vítimas de um processo histórico-social, tornou-se possível perceber que existe uma umbilical relação de cumplicidade entre as famílias assentadas e os principais dirigentes dos movimentos sociais camponeses, que, em alguns casos, possuem uma percepção utilitarista sobre a base do movimento.

No âmbito teórico-metodológico, se consolida uma perspectiva de análise que considera as formas de composição do território, como sendo fundamentais na determinação das relações de poder e seus embates entre projetos políticos distintos, que se expressam nas relações internas e externas aos assentamentos, na medida em que denotam as capacidades de determinação de políticas internas e ou de lógicas de subordinação aos modelos de mercado. Um processo que não se estabelece unicamente no plano das relações entre reforma agrária e

agronegócio, mas também são influenciados pelos mecanismos internos da organização do movimento social e de sua capacidade de controle e regulação de processos produtivos.

No âmbito da consolidação das formas de uso e ocupação do solo e das estruturas organizativas (grau de monopolização do território), estes mecanismos sociais permitem inferir sobre os modelos de exclusão sócio-produtiva (absenteísmo rural); de alteração da matriz de culturas e dos processos de produção, determinando, portanto, que os processos produtivos que homogeneízam paisagens, alteram dinâmicas ambientais, produzem e ou são resultantes das externalidades sociais negativas que derivam de processos territoriais hegemônicos os quais ameaçam os projetos políticos dos movimentos sociais, são sobre estas determinações que nos debruçamos objetivando visualizar em que medidas as práticas socioespaciais internas aos assentamentos resignificam a terra e o trabalho e conduzem à consolidação territorial da reforma agrária.

Resultados Esperados

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável PDS - Sepé Tiarajú e PDS - Fazenda da Barra configuram-se como significativos focos de luta, resistência e consolidação da posse da terra na Região de Ribeirão, de importância material, estratégica e simbólica para os movimentos sociais camponeses que os lideram, ao engendrarem lógicas e práticas sócio-territoriais diferenciadas, impossibilitando a inserção do capital agroindustrial nessas áreas, colocando-se como diferencialidade sócio-espacial em relação aos convencionais modelos de assentamento de reforma agrária, que focam exclusivamente a lógica da renda, do produtivismo e do seu entrelaçamento com o grande capital agroindustrial, tornando-os vulneráveis às investidas do capital agroindustrial, flagrantemente, marcado, no estado de São Paulo, pelo setor sucroalcooleiro.

Os Projetos de Desenvolvimento Sustentável implantados pelo Incra na região de Ribeirão Preto, em suas condições atuais, inauguram uma nova perspectiva de organização sócio-espacial, frente a modelos de agricultura tradicional, revelados como insustentáveis no âmbito da própria reforma agrária, por sua vez, esta configuração insere ainda práticas sócio-espaciais que consolidam processos de resistência ao avanço do setor-sucroalcooleiro frente suas estratégias de apropriação territorial.

Contudo, ao desenvolver uma política de reforma agrária de minifúndios padronizados nestes projetos de assentamento, sobrepondo o critério ambiental ao econômico, a fim de contentar o Ministério Público com relação à preservação ambiental e o movimento

sem-terra quanto a sua visão quantitativa de famílias assentadas, o Incra vem desenvolvendo nestes assentamentos uma política populista, contribuindo para que as famílias não atinjam ganhos econômicos significativos, indispensáveis a sua reprodução social, permanecendo em uma mera condição de subsistência e dependentes dos organismos estatais, necessitando ainda complementarem a sua renda familiar mensal mediante a realização de serviços temporários na área urbana dos municípios, especialmente, no período da estiagem.

Referencias Bibliográficas

BELLENTANI, Natália Freire. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1ª ed. Brasília, 1988.

CARVALHO, Thyago Augusto. **Os Trabalhadores do setor sucroalcooleiro**. Revista PUC Viva, nº. 33, out. 2008.

DELGADO, Guilherme da Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica a Configuração Atual**. São Paulo: Incra, 2005.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luís Antonio. **“Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo**. Sociologias. Porto Alegre, vol.13, nº. 26, 2011.

GOMES, Marco Antônio Ferreira Gomes et al. Classificação das Áreas de Recarga do Sistema Aquífero Guarani no Brasil em Domínios Pedomorfoagroclicmáticos – Subsídios aos Estudos de Avaliação de Risco de Contaminação das Águas Subterrâneas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, pp. 67-74, 2006.

MITIDIERO, Marco Antonio Júnior. **As Contradições da Luta Pela Terra: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - USP (FFLCH), São Paulo, 2002.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.11/12, p. 86-93, abr./jun., 1997.

_____. “Mobilização sem emancipação” - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 189-232, 2002.

SEVERI, F. C. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto - SP**. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2010.

SOUZA, José Gilberto. **Limites do Território**. Universidade de Salamanca, dez./2010.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. **Experiência e luta pela terra**: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. 397 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2009.